

# A permanência da Força Expedicionária Brasileira como tropa de ocupação na Áustria: mito ou verdade ?

André Luís Woloszyn <sup>a</sup>

**Resumo:** O presente artigo se debruça sobre a tese apresentada pelo historiador militar Frank McCann, acerca de um suposto convite feito pelo general Mark Clark, ao Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB), general Mascarenhas de Moraes, para que esta permanecesse como tropa de ocupação na Europa, deslocada para a Áustria, zona onde o V Exército dos EUA deveria atuar. Análise as possíveis implicações caso o Brasil tivesse aceitado o convite, inclusive, a possibilidade de ter facilitado seu acesso a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como defende a tese original de McCann.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira; tropa de ocupação; Áustria.

## INTRODUÇÃO

Um tema tratado nos bastidores e até recentemente desconhecido do grande público acerca da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e sua participação na Segunda Guerra Mundial reside no fato de a FEB ter sido convidada para fazer parte, como tropa de ocupação, na Áustria no pós-guerra. O episódio, objeto desta

pesquisa, teria ocorrido nos meses finais do conflito, em 1945, momento em que as forças brasileiras começavam a acumular vitórias no teatro de operações da Itália.

Trata-se da tese defendida por historiadores norte-americanos e britânicos da existência de um convite, feito pelo general Mark Clark, comandante do V Exército dos EUA, unidade à qual a FEB estava subordinada, para que esta

---

<sup>a</sup> Tenente-coronel PM da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, mestre em Direito. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



permanecesse na Europa, deslocada para a Áustria, permanecendo junto ao V Exército como tropa de ocupação.

Segundo apontam as raras fontes disponíveis, o convite não foi aceito pelo então presidente Getúlio Vargas ao considerar que os acordos de Cooperação Militar de Defesa Mútua, Brasil-Estados Unidos, assinado em 24 de julho de 1941, e de criação da FEB, em 8 de novembro de 1943, possibilitando condições para que as forças armadas brasileiras combatessem junto aos aliados, haviam sido cumpridos integralmente<sup>1</sup>.

Outra hipótese levantada por estes mesmos pesquisadores para que Getúlio Vargas recusasse o convite recai no fato de que o país temia arcar com os custos desta ocupação, tendo em vista enfrentar uma grave crise econômica e financeira.

Sem nenhuma comprovação documental esta questão tem sido replicada em eventos e obras nacionais situação que oportuniza críticas a uma suposta falta de visão estratégica de Getúlio Vargas e dos

militares brasileiros, tanto do Ministério da Guerra como da FEB.

Todavia, excursionando pela história militar, é preciso destacar, que a participação da FEB como tropa de ocupação nunca foi aceita pelo governo brasileiro, desde 1943, que desejava que seu efetivo tivesse uma participação ativa na guerra, em contrariedade ao desejo dos militares norte-americanos. O planejamento inicial dos EUA era enviar a FEB para ocupação das ilhas portuguesas dos Açores. Sem o aceite do governo brasileiro e por questões diplomáticas com o governo de Salazar, mudou de estratégia e decidiu enviá-la para o teatro de operações do Norte da África, onde a guerra já havia sido decidida em favor dos aliados. O Brasil, por meio de seu ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra e do Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, não aceitou a oferta uma vez que, estrategicamente, o país teria um papel menos relevante no conflito<sup>2</sup>.

Nesse contexto, o presente artigo se propõe a apresentar novas reflexões a respeito deste tema,



pela análise ampliada das fontes disponíveis, em especial, da obra do historiador militar, Giovanni Latfalla, cujas pesquisas, possibilitaram desvendar o mistério que envolvia este importante episódio dos bastidores da participação brasileira no pós-guerra.

## **A TESE DE HISTORIADORES NORTE-AMERICANOS E BRITÂNICOS**

Esta tese foi originalmente apresentada pelo historiador militar norte-americano, Frank McCann, professor da Universidade de New Hampshire e um dos especialistas da atuação da FEB na Itália.

Na perspectiva deste historiador, a resposta negativa acarretou em sérias implicações, pois caso o convite tivesse sido aceito pelo governo de Getúlio Vargas, teria modificado substancialmente o papel do Brasil nas relações internacionais no pós-guerra, pavimentando, segundo o autor, o caminho para o país obter a almejada cadeira permanente no Conselho de

Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nesta mesma linha, o historiador britânico, Neill Lochery, da University College London, argumenta que o convite constava em um dos itens de um documento secreto, enviado pela embaixada dos EUA no Brasil ao Secretário de Estado Norte-americano em 31 de março de 1945, duas semanas antes da morte do presidente Roosevelt, assinado por militares brasileiros e norte-americanos e que definia os acordos militares do pós-guerra, determinando como se processaria a mecânica de continuidade da cooperação militar Brasil – Estados Unidos no pós-guerra.

Para embasar esta afirmação o autor cita como fonte um documento diplomático inscrito sob o número FRUS 810.20/7-2645, datado de 26 de julho de 1945, enviado pelo embaixador Adolf Berle<sup>3</sup>, no entanto, não apresenta provas da existência deste documento.

Acerca da decisão do presidente Vargas, Lochery tece o seguinte comentário analítico:



[...] na verdade, a decisão de Vargas de retirar as tropas brasileiras da Itália o mais depressa possível acabaria revelando um grande erro: ao sair da Europa antes que os EUA tivessem sentido que o trabalho acabara, o presidente alijara o Brasil de boa parte dos espólios econômicos e das recompensas políticas que os americanos começavam a distribuir a seus aliados<sup>4</sup>.

De maneira complementar, o referido historiador analisa em perspectiva, a exemplo de McCann, que o abandono precoce do Brasil ao Teatro de Operações da Europa, prejudicou severamente a reivindicação brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU:

[...] a decisão de Vargas, de repatriar a FEB logo após o fim dos combates na Europa também custou muito caro ao Brasil no pós-guerra. Se Vargas tivesse concordado com os pedidos dos EUA para deixar as tropas na Europa e ajudar a gerenciar o continente na esteira da guerra, sua presença teria fortalecido a reivindicação bra-

sileira por um assento permanente nas Nações Unidas<sup>5</sup>.

A obra de Medal argumenta no mesmo sentido quando assevera:

[...] após o sucesso, o governo brasileiro não aceitou o convite dos Estados Unidos para permanecer na Itália por um período mais longo, para ajudar as forças aliadas no enfrentamento do problema de Trieste, que envolveu uma disputa de fronteira entre os Aliados e a Iugoslávia, na Itália. O governo brasileiro indicou que havia cumprido seu acordo com os Estados Unidos, e a FEB não deveria se envolver na Iugoslávia, decidindo retirar suas forças de volta ao Brasil<sup>6</sup>.

Há muitas conjecturas acerca da veracidade do fato e da negativa de Vargas, baseado, segundo McCann, seguido por outros historiadores, no documento da embaixada dos EUA e em diálogos entre as lideranças militares do V Exército e da FEB testemunhadas por oficiais de ambos os Exércitos, entre estes o coronel Floriano de



Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB.

Um dos principais argumentos que McCann utiliza para apoiar sua tese é reproduzido abaixo:

[...] o diplomata Vasco Leitão da Cunha, em Roma, ouviu comentário do general britânico, Harold Alexander, de que “o brasileiro é um belo soldado, lamento saber que eles querem voltar para casa e não ir para a Áustria” O diplomata, por sua vez, teria entrado em contato com o Itamaraty defendendo a importância estratégica da permanência do Brasil na Europa. [...] o comandante do IV Corpo do Exército dos EUA, general Willis Crittenger, consultou o coronel Castello Branco, a respeito, pouco depois do Dia da Vitória<sup>7</sup>.

Neste contexto, é preciso destacar que o diplomata Vasco Leitão desempenhava a função de observador diplomático em Roma e era um frequentador assíduo das reuniões informais no posto de comando da FEB, fato relatado em pelo menos duas oportunidades pelo

general Mascarenhas de Moraes em suas memórias<sup>8</sup>.

Nesta conjuntura, é racional afirmar que Vasco Leitão, acompanhando de perto as decisões estratégicas dos aliados e sabedor da importância política para o Brasil em permanecer na Europa, tenha de fato advogado pela permanência dos brasileiros junto ao Itamaraty.

Também se mostra factível, que Mark Clark, satisfeito com a rápida adaptação da força expedicionária e face aos êxitos obtidos na campanha, desejasse que a FEB permanecesse na Europa dando continuidade a uma relação que se mostrou proveitosa, muito além de um ato de fidalguia entre militares de dois Exércitos distintos que lutaram juntos contra um inimigo comum.

Vale destacar que o comandante do V Corpo de Exército dos EUA, general Mark Clark, era presença constante na base militar brasileira, na Itália, inspecionando e coordenando pessoalmente os avanços da tropa durante as operações no terreno nos primeiros me-



Fig. 1 – General Mark Clark inspeciona tropas da FEB em novembro de 1944. Em primeiro plano, o general Zenóbio da Costa e, ao fundo, o general Mascarenhas de Moraes.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

ses de sua atuação, após a realização do treinamento. Ao final do conflito, estava perfeitamente familiarizado com os militares brasileiros.

Um ponto que considero relevante neste convite, era o fato de que Mark Clark sabia que, no pós-guerra, enfrentaria dificuldades em dividir a ocupação da Áustria com tropas soviéticas, o que de fato ocorreu, e lhe era conveniente, junto a seu comando, possuir um

efetivo aliado com o qual já estava familiarizado pelas experiências compartilhadas.

## INDÍCIOS E PROVAS

Documentos que comprovam o convite são extremamente raros. Basta o fato de que nas principais obras relacionadas a FEB, escritas no pós-guerra como nas memórias de seu comandante, general Masca-



renhas de Moraes e dos generais Manoel Thomaz Castelo Branco e Oswaldo Cordeiro de Farias, assim como nos arquivos de documentos referente ao período de governo do presidente Getúlio Vargas, onde se esperava encontrar indícios, não há nenhuma menção.

O próprio McCann chegou a afirmar não ter encontrado nos registros oficiais norte-americanos referentes ao V Exército e ao IV Corpo de Exército, inclusive na obra de seu comandante, general Mark Clark, uma única menção ao convite, fato que fortaleceria sua teoria.

A única pista, até então, eram as afirmações do então coronel Lima Brayner, chefe do Estado-Maior da FEB, que, em suas memórias, confirma a existência do convite feito de forma oral, oportunidade em que afirma ter assessorado o comandante da FEB em uma reunião nos seguintes termos:

[...] períodos de ocupação de-  
generam em ódios invencíveis.  
Nós somos ainda, um país de  
imigração. Precisamos da mão-  
de-obra do imigrante europeu.

Não podíamos provocar situa-  
ções irremediáveis decorrentes  
do período de ocupação, com a  
tropa cansada, saudosa do lar,  
sem freios por não ter mais  
guerra, e com a disciplina  
afrouxada inevitavelmente. Só  
tínhamos uma aspiração, voltar  
imediatamente ao Brasil<sup>9</sup>.

Brayner relata que diante de  
seus argumentos contra a sugestão  
de Mark Clark, o que na sua visão  
transformaria a FEB em uma tropa  
de mercenários, obteve a concor-  
dância do general Mascarenhas de  
Moraes, o que motivou a elabora-  
ção de um documento ao Ministro  
da Guerra, contraindicando o uso  
da FEB, como força de ocupação  
no pós-guerra.

A prova inequívoca que trou-  
xe a luz este episódio, até então  
considerado apenas no âmbito da  
conjectura, sobreveio por meio de  
extensa pesquisa realizada pelo  
historiador militar Giovanni Latfal-  
la nos arquivos da FEB, revelada  
em 2019 e enviada a McCann para  
comprovar sua tese.

Trata-se do ofício nº 90, data-  
do de 27 de fevereiro de 1945,  
elaborado uma semana após a pri-



meira grande conquista brasileira na guerra, a tomada de Monte Castelo. O documento foi confeccionado pelo general Mascarenhas de Moraes e endereçado ao ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, contraindicando uma futura utilização da Força Expedicionária Brasileira, como tropa de ocupação, com base nos seguintes argumentos:

[...] Ele iniciou o documento falando da má vontade dos povos das nações aliadas do Eixo com os exércitos aliados na Itália. Previa uma série de revoltas no pós-guerra por causa de problemas políticos e também por causa da fome, e que as tropas de ocupação teriam que usar o vigor para reprimi-los, transformando-se em força coativa da liberdade pública e de instrumento odioso de repressão. Afirmou que mesmo atuando de maneira serena, não poderia ser evitada a irritação da população contra a tropa estrangeira, pela situação de ocupação que o país sofria, além de este povo estar na situação de derrotado<sup>10</sup>.

A existência deste documento é prova incontestável de que havia

sondagens a este respeito e foi uma espécie de *habeas corpus* preventivo, caso houvesse pressão futura de parte do Departamento de Estado dos EUA ao governo brasileiro, o que não ocorreu, além da possível decepção do general Mark Clark com a negativa.

Latfalla assevera, ainda, que o comandante da FEB considerava a missão de ocupação como de caráter policial, provavelmente um degrau abaixo da missão que estava sendo realizada na Itália.

Em uma linha argumentativa paralela, é preciso lembrar, como registra Lochery, que os EUA, desde a decisão do governo brasileiro de enviar uma força militar para participar ativamente da guerra em 1943, sempre consideraram sua atuação como uma tropa de ocupação e não diretamente envolvida nos combates, cedendo somente após pressões do governo brasileiro e face à intenção em manter bases militares de apoio no litoral da região Nordeste do Brasil, considerada, à época, ponto estratégico.



De forma diversa, alguns historiadores na tentativa de compreender os motivos que levaram o comandante da FEB a contraindicar a missão afirmam que ele não possuía uma visão mais ampla do cenário do pós-guerra, pois suas previsões de um quadro caótico, expressas no documento como argumentação, não se concretizaram. Alguns destes argumentos, inclusive, foram desqualificados como a de não ter recebido uniformes novos e a aparência da tropa estar em péssimas condições (o documento foi escrito em fevereiro de 1945), e no mês seguinte, todo o efetivo da FEB receberia novos uniformes.

Mas tal afirmação pode não ser toda a verdade. Seu agir pode ter sido parte de um pensamento uníssono dos militares brasileiros que percebiam a missão como um desvio de finalidade, como bem lembra Brayner, uma tropa de mercenários.

Todavia, a consequência mais impactante do teor deste documento, segundo a visão de Latfalla, é a hipótese de que ele pode ter contri-

buído para a desmobilização da FEB, ainda na Itália, o que certamente, não era o objetivo de seus comandantes.

## **A CONJUNTURA DA POLÍTICA INTERNA BRASILEIRA EM 1945**

Não há provas se Getúlio Vargas em algum momento chegou a tomar conhecimento do teor do documento do general Mascarenhas de Moraes, contudo, havia motivos para que declinasse do convite.

O término da Segunda Guerra Mundial coincidiu com um período de grande instabilidade política no Brasil, com diversos movimentos populares insatisfeitos com a política vigente e o fortalecimento da oposição, situação que levou Getúlio Vargas a temer um golpe de Estado. Nesta conjuntura, a FEB passou a ser considerada uma ameaça em razão de ter combatido junto a países democráticos contra o totalitarismo nazifascista, um regime de governo não muito dife-



rente daquele que fora combater, e que poderia gerar algum eco nas forças armadas, especialmente no Exército.

Como tropa de ocupação, entre a transição do regime nazifascista para a democracia, como desejavam os norte-americanos, a situação poderia se agravar e novas ideias liberais colidiam frontalmente com o regime imposto no país.

Com efeito, Costa apresenta uma interessante análise afirmando que a maior preocupação de Vargas era de que ideias democráticas oriundas dos expedicionários fossem irradiadas no âmbito do Exército, e este, foi um dos principais motivos de sua rápida desmobilização, ainda na Itália<sup>11</sup>.

Prova desta realidade se manifestou nos artigos 117 e 121, do Ato Constitucional nº 9, assinado em 28 de fevereiro de 1945, convocando eleições gerais, mas excluindo o direito de voto a todos os alistados e no serviço ativo das forças armadas, tornando-os inelegíveis, exceto os oficiais.

Ademais, outras questões diplomáticas interligadas merecem

destaque. A maior destas foi a contrariedade com a perspectiva de uma crescente dependência do Brasil em relação aos EUA e a preocupação com sua nova política externa, de caráter hegemônico no continente latino-americano ao término do conflito. Os antigos parceiros norte-americanos, construtores da política de boa vizinhança já não estavam mais no governo ou haviam sido designados para outras missões.

## **OS REVESES IPLOMÁTICOS E A REDUÇÃO DA INTERLOCUÇÃO BRASIL–EUA**

Com a saída do governo Roosevelt e de seus dois principais arquitetos da política de boa vizinhança do Brasil com os EUA, Cordell Hull e Summer Welles, as garantias dadas para obter o apoio brasileiro na guerra, de desenvolvimento econômico e modernização das forças armadas, passou a ser uma incógnita.



Fig. 2 – Presidentes Vargas e Roosevelt na Base de Parnamirim Field/Natal, em 28 de janeiro de 1943 discutindo o acordo de colaboração e o envio de uma força brasileira a guerra.



Fonte: US Navy.

Outro ponto correlato a ser destacado é que, com a morte de Roosevelt, a política externa dos EUA, agora sob a gestão de Harry Truman, sofreu significativas modificações em termos de objetivos e os acordos firmados anteriormente passaram a ser contestados e revistos a guisa dos interesses norte-americanos, já prevendo uma nova guerra com os soviéticos.

Há que se considerar, ainda, que a importância estratégica do Brasil na guerra, especialmente, quanto a zona do litoral da Região

Nordeste, na Batalha do Atlântico, já não era mais decisiva, embora representasse um importante ponto estratégico.

O texto da obra de Lochery ratifica este argumento e vai além quando registra que os militares norte-americanos desejavam permanecer utilizando as bases aeronavais construídas no Brasil.

[...] na opinião de autoridades e militares americanos, uma vez que os Estados Unidos investiram muito na criação das bases aeronavais e outras instalações



marítimas no Brasil, eles deveriam continuar a ter acesso irrestrito a elas em tempos de paz<sup>12</sup>.

Este fato demonstra que a preocupação brasileira não era desprovida de sentido. De fato, a ideia dominante entre os militares norte-americanos era que as bases pertenciam aos EUA e esta percepção foi alvo de comentários, inclusive, na Itália, quando foram surpreendidos com a presença dos militares brasileiros no teatro de operações. Segundo relata Moraes, “do Brasil apenas tinham notícias das bases aéreas de Belém e Natal, que, aliás, de brasileiras só possuíam o chão”<sup>13</sup>.

Inobstante, além de estar em completo desacordo com as cláusulas previstas nos Acordos de Defesa Mútua e de Cooperação Militar anteriormente assinados, a ocupação das bases era vital para o início da modernização e da construção de um novo pensamento estratégico militar brasileiro que ao final da guerra, emergiu como a maior

potência militar do sul do continente.

De qualquer maneira, a presença política norte-americana para tal desiderato era temporizada pelo embaixador Jefferson Caffery, amigo e aliado de Oswaldo Aranha que já havia se retirado do governo Vargas. A saída de Caffery, em janeiro de 1945, para ocupar um novo posto diplomático na França, se constituiu em um revés para o governo Vargas, pois ele era a figura que possibilitava uma linha direta do presidente brasileiro com Washington, e quem a partir de então, passou a ser dificultada por interesses diversos.

Lochery relata que seu substituto, embaixador Adolf Berle, logo atraiu uma onda crescente de críticas em várias esferas:

[...] o embaixador Adolf Berle, tinha ideias inovadoras sobre a relação Brasil – Estados Unidos e particularmente, sobre o regime de Vargas. Durante o período em que esteve à frente da embaixada dos EUA no Brasil, foi muito contestado, em parte, face as constantes intromissões deste, em assuntos da política



interna brasileira, dentre estas, a defesa de que o Brasil deveria realizar eleições livres. [...] consegui antagonizar tanto o governo como as forças de oposição<sup>14</sup>.

Por este e outros motivos, foi chamado a Washington para receber orientações a fim de não criar embaraços e uma possível crise diplomática entre os dois aliados, cuja relação já não era a mesma do período entre 1941 e 1944.

## CONCLUSÕES

A pesquisa realizada para a elaboração deste breve artigo evidenciada, notadamente, pelos estudos de Giovanni Latfalla, que a teoria de McCann, a respeito do convite feito pelo general Mark Clark para que a FEB permanecesse na Europa como tropa de ocupação na Áustria, é verdadeira, superando o que se julgava, até então, apenas mito.

Todavia, difícil se torna a análise precisa acerca dos verdadeiros motivos que levaram o comandante

da Força Expedicionária Brasileira, general Mascarenhas de Moraes, a sugerir ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro da Guerra que não aceitassem um convite desta natureza, alegando uma série de questões argumentativas e previsões que, com a FEB ainda na Itália, não se concretizaram.

Provavelmente, o estado emocional do efetivo submetido a longos períodos na zona de combate e os impactos psicológicos acarretados por esta condição foram um dos motivos para desejarem retornar ao Brasil após a rendição alemã, o que não impediria de substituir as tropas esgotadas por outro contingente da FEB, também treinados e equipados, que permaneceu no Brasil.

Uma linha teórica interessante de ser explorada reside no fato de não existir menção a este convite na literatura militar brasileira disponível como fonte de pesquisas. Isso permite a formulação de duas hipóteses distintas. Ou o fato foi considerado irrelevante, por questões da política interna e por ter sido considerado apenas uma son-



dagem, embora seja mais uma prova inequívoca do excelente desempenho da FEB ao longo da guerra, angariando o respeito de seus comandantes norte-americanos ou houve a percepção tardia de que a decisão teria sido equivocada.

Neste caso, sepultar definitivamente o episódio foi uma atitude racional para evitar futuras discussões do que foi uma oportunidade perdida, em aumentar a influência brasileira na política internacional, não apenas em tempos de guerra como também em tempos de paz.

Nas memórias de Vargas, não há menção acerca deste episódio embora entre as oportunidades perdidas e decisões inoportunas, motivo de reflexões em 1950, ele afirme que a demora em envolver o Brasil na causa aliada, quando o conflito já estava a favor destes, possa ter sido uma destas oportunidades perdidas.

De qualquer maneira, apenas a primeira parte da teoria de McCann pôde ser comprovada. A segunda, manifestada na assertiva de que, se o convite fosse aceito, facilitaria o

acesso do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, não pode ser considerada como fator condicionante, em face de mudança dos rumos da política externa dos EUA e a saída de cena dos principais interlocutores norte-americanos. Continuará uma incógnita, passível de futuras análises.

Inobstante, tal episódio pode ser considerado um reconhecimento da excelente performance da FEB como força de combate, obtida em curto espaço de tempo comparado a desconfiança inicial dos norte-americanos quando da preparação da força no Brasil e a chegada dos efetivos na Itália.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Arquivo Nacional. *Base de dados*. 1943, p. 107/243. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/>. BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PSN\_EST\_0631\_d0001de0001.PDF. Acesso em 19 mar 2021.



BRASIL. *Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-9-28-fevereiro-1945-365005-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRAYNER, Floriano de Lima. *Luzes sobre memórias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973.

COSTA, Octavio. *Trenta Anos Depois da Volta*. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

CLARK, Mark W. *Calculated Risk*. New York: Harper & Brothers. Depoiment Lieutenant General Willis D. Crittenberger Commander U.S. IV Corps, World War II, 1966.

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil - Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MEDAL, Doris Ann. *The Smoking Cobra: The Brazilian Expeditio-*

nary Forces in Italy during World War II. Research Project, San Jose State University, 1976.

MORAES, J.B. Mascarenhas. *Memórias*, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MORAES, J.B. Mascarenhas. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo: Instituto Progreso, 1947.

MCCANN, Frank D. The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation, 1944-1945. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 25, n. 3, ago. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165781>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional, 1943, p. 107/243.

<sup>2</sup> LOCHERY, Neill. *Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Ibid., p. 280.

<sup>5</sup> Ibid., p. 297.

<sup>6</sup> MEDAL, Doris Ann. *The Smoking Cobra: The Brazilian Expeditionary Forces in Italy during World War II*. Research Project, San Jose State University, 1976, p. 45.

<sup>7</sup> MCCANN, Frank D. The Brazilian General Staff and Brazil's Military Situation, 1944-1945. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, 25, n. 3, ago. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/165781>. Acesso em: 18 mai. 2020.

<sup>8</sup> MORAES, J.B. Mascarenhas. *Memórias*, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

<sup>9</sup> BRAYNER, Floriano de Lima. *Luzes sobre memórias*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1973, p. 199-200.

<sup>10</sup> LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil - Estados Unidos (1939-1943)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019, p. 264.

<sup>11</sup> COSTA, Octavio. *Trinta Anos Depois da Volta*. O Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

<sup>12</sup> LOCHERY, op.cit., p. 274.

---

<sup>13</sup> MORAES, J.B. Mascarenhas. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo: Instituto Progreso, 1947, p. 11.

<sup>14</sup> LOCHERY, op.cit., p. 275.